

O corpo da criança nas tramas da biopolítica: quando a filantropia se fez máquina de captura (Brasil 1940-1950)

The child's body in the frames of biopolitics: when philanthropy made a capture machine (Brazil 1940-1950)

José dos Santos Costa Júnior

 <https://orcid.org/0000-0002-0629-3217>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O texto problematiza a emergência histórica do corpo infantil na Paraíba entre as décadas de 1940 e 1950 como o efeito de um dispositivo médico-pedagógico-assistencial, partindo da descrição e análise enunciativa do boletim da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Para isto, articula tal periódico com outras narrativas e saberes da época para inquirir as suas condições de possibilidade. Mobiliza-se um conjunto de fotografias, dados demográficos e textos presentes no periódico a fim de desenhar os contornos de uma genealogia da criança como sujeito de certos cuidados e investimentos socioeconômicos. A entrada do país na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) gerou o cenário para redesenhar as políticas sociais com foco na infância e maternidade. Localmente, a Paraíba passava por transformações na gestão pública com o interventor Ruy Carneiro e a racionalização da administração. Tal projeto gerou conflitos com a Igreja católica no que dizia respeito ao tratamento de questões sociais como maternidade e infância, tratadas a partir de então pela primeira-dama Alice Carneiro na ótica da filantropia e não mais da caridade. Para pensar os conflitos e tensões que marcaram o processo em que a infância e o corpo da criança foram tomados como objetos de políticas específicas, mobiliza-se, metodologicamente, as ferramentas de Michel Foucault sobre a analítica do poder em interface com as formulações conceituais de Thomas Lemke e Laura Bazzicalupo sobre biopolítica, bem como as reflexões de Jacques Rancière e Georges Didi-Huberman sobre a historicidade das imagens. Analisa-se, portanto, as estratégias de captura e produção do corpo infantil na esfera pública, articulando-se a “disciplina” (anatomopolítica do corpo humano) e a regulação (biopolítica da população) para construir um projeto nacional.

Palavras-chave: História do Brasil. História da Infância. Estudos da Governamentalidade. História da Paraíba. Pós-estruturalismo.

Abstract: The text problematizes the historical emergence of the infantile body in Paraíba between the 1940s and 1950s as the effect of a medical-pedagogical-assistance device, based on the enunciative description and analysis of the bulletin of the state commission of the Brazilian Legion of Assistance (LBA). To this end, it articulates this journal with other narratives and knowledge of the time to inquire about its conditions of possibility. A set of photographs, demographic data and texts present in the journal are mobilized in order to draw the outlines of a child's genealogy as the subject of certain socioeconomic care and investments. The country's entry into the Second World War (1939-1945) created the scenario for redesigning social policies focusing on childhood and motherhood. Locally, Paraíba was undergoing transformations in public management with the interventionist Ruy Carneiro and the rationalization of administration. Such a project generated conflicts with the Catholic Church regarding the treatment of social issues such as motherhood and childhood, since then treated by First Lady Alice Carneiro from the perspective of philanthropy and no longer charity. In order to think about the conflicts and tensions that marked the process in which childhood and the child's body were taken as objects of specific policies, Michel Foucault's tools on power analytics in interface with Thomas Lemke's conceptual formulations are mobilized methodologically and Laura Bazzicalupo on biopolitics, as well as the reflections of Jacques Rancière and Georges Didi-Huberman on the historicity of images. Therefore, the strategies for



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

capturing and producing children's bodies in the public sphere are analyzed, articulating "discipline" (anatomy of the human body) and regulation (biopolitics of the population) to build a national project. **Keywords:** History of Brazil. Childhood History. Governmentality Studies. History of Paraíba. Post-structuralism.

Introdução

Quando o Brasil ingressou na Segunda Guerra Mundial, em 1942, junto aos Aliados, enviando "os pracinhas" da Força Expedicionária Brasileira (FEB), estava em construção uma das primeiras políticas de Estado voltadas para a infância e maternidade no Brasil. Criada em 1942 por Darcy e Getúlio Vargas, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) fez história no país até os anos 1990, quando foi extinta pelo governo de Fernando Collor de Mello. Foram criadas as comissões estaduais e municipais da LBA, seguindo uma lógica de descentralização da política que ao mesmo tempo a centralizava de outro modo, na medida em que os governos àquela época eram exercidos por interventores nomeados pelo presidente da república. No caso da Paraíba, a Comissão Estadual (CE) da LBA foi criada por Alice Carneiro e seu esposo, o interventor Ruy Carneiro, no mesmo ano em que foi criada a Comissão Nacional (CN). Ao longo dos anos, a CE realizou ações de profilaxia e cuidados com mães e crianças que estavam na fase de 0 a 6 anos de idade, aproximadamente.

Se a proposta inicial havia sido a de que o Estado assumisse o papel dos pais que haviam se dirigido aos campos de batalha, efetivamente as carências de saúde, educação e assistência às famílias pobres – historicamente marcadas por desigualdades estruturais de caráter socioeconômico – deram o tom para o funcionamento das comissões. Isto ocorreu a partir de uma racionalização das práticas médicas e educativas, visando a formação do "homem novo". Nos limites do que este texto pretende abordar, focalizarei na reflexão sobre as condições de emergência do corpo infantil como objeto de governo na Paraíba entre os anos 1940 e 1950. Para tanto, mobilizarei algumas fontes documentais, principalmente o Boletim da LBA que passou a circular em 1947 na Paraíba. Por meio desta revista publicou-se informações sobre o funcionamento e o alcance dos trabalhos da comissão, desde o litoral ao alto sertão. O conjunto das edições deste periódico da LBA foi acessado no arquivo da Fundação Casa de José Américo de Almeida, em João Pessoa, o que se explica pelo fato de a esposa deste ex-governador, Alice de Almeida, também ter sido presidenta da comissão estadual nos anos 1950. Os boletins consultados perfazem um recorte temporal de 1947 a 1955.

As múltiplas edições do boletim foram produzidas de acordo com uma estética e uma política da palavra que se empenhou em não somente "representar" o objeto "criança", mas constituiu-a imagética e cientificamente. Ana Luiza Martins (2001) faz algumas reflexões em torno dos estudos que tomam a revista como fonte ou objeto de pesquisa e destaca que a própria expressão "revista", derivada do inglês *review*, foi sendo construída ao longo do tempo e passou a ser lida como sinônimo de boletim, que, no caso aqui em estudo, é o nome dado para a publicação mensal. No que se refere à especificidade da revista como fonte de pesquisa, vale destacar que o próprio nome é sintomático daquilo que a publicação propõe fazer ver: "nos dicionários de língua portuguesa, a gênese da palavra *revista* é situada no final do século XIX, quando, desgarrada do significado usual de 'passar a tropa em revista', assume o status de publicação [...]" e assim passou a ser compreendida como um "título de certas publicações periódicas em que são divulgados artigos originais de crítica ou análise de determinados assuntos" (MARTINS, 2001, p. 45). Considerar os formatos por meio dos quais esse periódico construiu suas leituras sobre a infância consiste em uma condição imprescindível para a análise das suas enunciações. Se uma revista, como o nome sugere, "passa em revista" uma série de assuntos, permitindo com isso uma leitura "fragmentada, não contínua, e por vezes seletiva" (MARTINS, 2001, p. 45), tal modo de construir sentidos deve fazer parte das descrições e análises, compreendendo que a relação entre forma e conteúdo

sempre se dá de maneira problemática e densa.

A arquitetura do boletim pode ser lida como uma construção discursiva na qual a imagem assumiu uma função enunciativa fundamental pois, como nos sugere Jacques Rancière (2012), a relação entre as palavras e as imagens não se dá apenas no que se refere a uma prescrição ou doutrinação do signo verbal sob o imagético e sim em uma profícua e complexa relação. As formas por meio das quais algumas enunciações do boletim remeteram a discursos médicos e pedagógicos permite pensar como saberes dispersos foram articulados para construir uma visibilidade em que os termos “infância” e “criança” foram articulados para gerenciar diagnósticos e expectativas. Tais discursos obedeceram “a padrões epistemológicos, a públicos e a circunstâncias diversificadas”, emergindo em “pressões históricas e sociais, com estatutos, recepções e graus de importância também diversificados” (CASTELO BRANCO, 2019, p. 29).

Este texto se insere no campo de Estudos da Governamentalidade, que reelabora ou desdobra o conjunto de formulações do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) sobre a governamentalidade. Este neologismo francês, que deriva da palavra *gouvernemental*, significa “aquilo que é relativo ao governo” e já era conhecido bem antes de sua aceção na obra foucaultiana. O semiólogo Roland Barthes havia utilizado este termo nos anos 1950 para designar o “governo considerado como essência da eficácia” (LEMKE, 2017, p. 04). Foucault retoma esse termo para referir-se à “racionalização da prática governamental no exercício da soberania política” (FOUCAULT, 2008a, p. 04). Tal estudo debruçou-se sobre as “artes de governar” que emergiram a partir do século XVII por meio das disciplinas como forma de constituir uma anatomia política do corpo humano (na lógica de um “corpo-máquina”) e às estratégias de regulação da população em seu conjunto (operando na lógica complementar à primeira e que tomava o “corpo-espécie”).

De um lado a disciplina do corpo humano, do outro a regulação biopolítica da população ocorreram como processos complementares e dinâmicos, eivados de tensões na elaboração de formas capilarmente dispersas no tecido social para melhor exercer domínio sobre as condutas. Se uma nova economia política do corpo se caracterizou pela disciplina como um modo de torná-lo economicamente mais produtivo e politicamente controlável, por outro lado impunha-se a questão do corpo-espécie como objeto de cálculos do governo, daí a importância do dispositivo da sexualidade, como Foucault o analisa em *A vontade de saber* (1976). Trata-se de “um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

Compreendo com Foucault que a biopolítica “lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 206) que surgiu no século XVIII, produzindo uma série de efeitos no modo como os Estados nacionais iriam lidar com a população, não vista de forma homogênea, pois por meio de recursos como a estatística – e as primeiras formas de demografia – pôde-se recortar a população em grupos sem perder de vista a noção de conjunto, permitindo pensar o tema da natalidade e do governo da infância. Construiu-se historicamente a biopolítica como forma de “levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação”, tratando-se de uma tecnologia que articula saber e poder para o governo da população, ou seja, “um poder contínuo, científico, o poder de ‘fazer viver’. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 206).

Mobilizo neste texto a noção de dispositivo elaborada inicialmente por Foucault e comentada por Giorgio Agamben do seguinte modo: “dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos” tendo sempre uma função estratégica concreta se inscrevendo em relações de poder-saber, tendo como objetivo também a produção de subjetividades (AGAMBEN, 2009, p. 29). Este termo técnico, criado por Foucault em seus estudos genealógicos, refere-se: “a) é um conjunto

heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos; b) o dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder; c) como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber” (AGAMBEN, 2009, p. 29). Por sua vez, Gilles Deleuze (2016, p. 363-364) enfatiza que “os dispositivos [...] têm por componentes linhas de visibilidade, de enunciação, linhas de forças, linhas de subjetivação, linhas de rachadura, de fissura, de fratura, todas as quais se cruzam e se emaranham, umas que dão mais uma vez noutras, o que suscitam outras, através das variações ou mesmo das mutações de agenciamento”. Portanto, disso

[...] decorrem duas consequências importantes para uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio dos universais. O universal, com efeito, nada explica, é ele que deve ser explicado. [...] A segunda consequência de uma filosofia dos dispositivos é uma mudança de orientação, que se desvia do Eterno para apreender o novo. O novo não deve designar a moda, mas, ao contrário, a criatividade variável segundo os dispositivos, em conformidade com a questão que começara a nascer no século XIX: como é possível a produção de algo novo no mundo? (DELEUZE, 2016, p. 363-364).

O dispositivo refere-se a uma rede que articula elementos diversos e dispersos para construir certos objetos de saber na ordem do visível. No caso em análise, se trata do corpo infantil como objeto de definição médica, biológica e política. Assim, uma categoria central nesses estudos foucaultianos refere-se ao conceito de biopolítica, mobilizada pela primeira vez em 1973 durante uma fala proferida em uma de suas conferências no Brasil. Este conceito não foi criado originalmente por este pensador, uma vez que tal noção tem um lastro histórico consideravelmente amplo e variado (LEMKE, 2018). Contudo, Foucault o colocou em um campo de problematizações distinto no qual o seu interesse maior é fazer a genealogia do Estado moderno não como ente unificado, organizado, concentrador de poder e causa de todas as mudanças sociais. Mas, ao contrário, seguindo os procedimentos da genealogia de Nietzsche, se tratava de fazer a história da governamentalização do Estado, isto é, uma história das diferentes racionalidades práticas que haviam constituído o Estado moderno. Nisto, a biopolítica como perspectiva de análise dirige-se ao conjunto de estratégias e táticas que fizeram com que o Estado tomasse a vida biológica como objeto de definição, circunscrição, medição e potencialização nos cálculos que visavam a melhor produção e reprodução das forças vitais e do governo dos viventes, pois “os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada” (FOUCAULT, 1988, p. 138). Sobre o processo de formação do Estado e sua efetuação política, Foucault afirma que

[...] o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” e assim torna-se um desafio estudar não o Estado em sua “essência”, interrogando o seu “segredo”, que são simplesmente inexistentes, mas tocar no problema do Estado pela sua exterioridade e assim pôr em questão as práticas de governamentalidade que o produzem de determinada maneira no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2008a, p. 106).

Este aspecto é muito importante no que diz respeito ao funcionamento do Estado no Brasil e na Paraíba, em particular, na medida em que a pesquisa documental permitiu perceber como empresas e setores da sociedade civil interferiram na construção das políticas para o corpo infantil. O Serviço de Bioestatística do Departamento de Saúde da Paraíba, por exemplo, foi órgão estratégico na década de 1940 para quantificar e tornar numericamente visível a população acometida por doenças como tuberculose e paludismo (malária). Na medida em que um conjunto de ações foi desenhado para lidar com a saúde e educação da infância e da maternidade, o corpo também ganhou novos contornos (bio)políticos.

A filósofa italiana Laura Bazzicalupo (2017, p. 18) afirma que “a análise biopolítica ilumina criticamente o exercício de poder presente naqueles dispositivos morais e jurídicos que legitimam e organizam a ação normativa sobre a vida, discursos biojurídicos e bioéticos que se alicerçam na natureza do ser vivo para estruturar a intervenção política sobre o mesmo”. Um dos efeitos desses dispositivos ao longo do século XX foi justamente a atenção à saúde das populações, como bem demonstra a historiadora da medicina, Anne Marie Moulin (2011), da seguinte forma:

[...] a preocupação com a saúde é superior taticamente à preocupação com a doença. Se a palavra-chave do século XVIII era felicidade, e a do século XIX a liberdade, pode-se dizer que a do século XX é a saúde. Afirmando em 1949 o direito à saúde reconhecida como preocupação universal, a Organização Mundial de Saúde (OMS) dotou o século XX de um novo direito ao homem [...]. A saúde passou a ser a verdade e também a utopia do corpo, aposta da ordem social de uma ordem internacional futura, mais equitativa e mais justa (MOULIN, 2011, p. 18).

Portanto, o que pode a política quando se defronta ou se estabelece com o problema da vida humana materialmente apreensível a partir da fisicalidade dos corpos e da matéria sanguínea, óssea e epitelial? As imagens a seguir e os discursos que as tornaram possíveis a partir de materialidades diversas como textos, fotografias e estatísticas médicas e sanitárias permitem demonstrar como uma instituição pública construiu formas de lidar com o corpo infantil em um campo de tensões e conflitos com Estado, religião e sociedade civil. A analítica do poder e a genealogia do Estado moderno se constituíram ao articular a dinâmica poder-saber, não em sua efetuação dialética, mas situando tal produção em um campo de forças mais amplo, (i) negociável.

Sendo assim, biopolítica torna-se uma categoria de análise dos procedimentos e tecnologias por meio dos quais o Estado e a sociedade civil em seu conjunto mediarão, elaboraram, divulgaram e reforçaram meios para gerir a vida da população. No âmbito da análise biopolítica, trata-se de atentar conceitualmente para o fato de que “diferente do assumido por uma posição naturalizante, a vida não representa nenhuma referência normativa e ontológica estável” (LEMKE, 2018, p. 15), o que significa dizer que o modo como se concebe, conceitua e gere a vida tem sua própria historicidade. Já nos anos 1960, Foucault havia demonstrado em *As palavras e as coisas* (2007) como a emergência de saberes como a biologia, a economia política e a filologia foram importantes para pensar o homem como “ser que vive”, “ser que trabalha”, “ser que fala”.

Um corpo encenado e a infância como objeto da política

Figura 01: Enfermeiras cuidam de criança em hospital assistido pela LBA.



Fonte: Boletim da LBA, Comissão Estadual, Ano VI, n. 36, Jul/Ago/Set., 1952.

A janela aberta no fim do quarto permitia ver um novo amanhecer. Além dela uma paisagem

marcada pela divisão entre o azul do céu e o verde de árvores longínquas, em montanhas também distantes, pusera à vista o entrelaçamento da natureza um tanto próxima com um ambiente planejado, montado, organizado e pensado para cuidar de um corpo doente. Este corpo aparece deitado em primeiro plano, coberto por um lençol branco em uma cama de ferro. Mais adiante a fotografia permite imaginar a presença de outro leito. Tratava-se de um quarto de hospital. O corpo que estava coberto pelo lençol branco como signo de higiene, era o de uma criança. Próximo à cama há um pequeno armário de madeira sobre o qual estão dispostos, na parte superior, recipientes com álcool, algodão e medicamentos. Esse armário estava junto a uma parede branca, próxima à janela, que delimitava o espaço de outro leito que a fotografia não permite ver. Uma janela aparece no canto da imagem, permitindo que raios solares adentrassem pela enfermaria.

Na parte inferior desse pequeno armário havia um espaço livre, apoiando as cadernetas e receituários médicos em cujas páginas poderiam ser anotadas informações sobre as enfermidades do corpo e o tratamento. Havia, então, corpos no quarto. Não somente doentes, mas também dispostos e treinados para operar na cura do outro. Duas enfermeiras observavam o corpo infantil. A mais próxima ao rosto da criança oferece cuidados, parece sentir sua temperatura, reconhecer o vigor de uma vida infantil pulsante. A outra, cujo rosto é mais difícil de ver, estava inteiramente vestida da cabeça aos pés, o que faz pensar que seria uma das religiosas da Casa de Caridade, instituição que atuou em parceria com a LBA em espaços como o Hospital Infantil Arlinda Marques.

As mãos estavam entrecruzadas e os olhos miravam o corpo diante dela. É fato que o ritual diário de se aproximar do leito, perceber os comportamentos matinais da criança, indagar-lhe sobre a noite passada, as permanências ou não de sintomas do dia anterior e o modo como a criança se sentia no momento em que dela se aproximavam, constituíam alguns aspectos da prática médica, hospitalar e assistencial. Os olhos das enfermeiras que fitavam o corpo infantil doente podem ser entendidos como a extensão e complemento do olho do Estado. Esse olhar parece sintomático de uma relação de poder que não se dava apenas no sentido da subjugação e do controle coercitivo. Mas uma relação produtiva. Uma relação em que o saber médico era considerado o autorizado a descrever as condições de vida em que aquele corpo deveria viver. Tal movimento foi seguido de outro que se refere à prescrição e diagnóstico do que podia e deveria ser feito pelo médico.

Ao mesmo tempo em que a imagem situa corpos nesse cenário também sugere ausências. As páginas do boletim eram repletas de textos escritos por diferentes médicos como Giuseppe Orlando de Paula Marques, diretor do Hospital Arlinda Marques em João Pessoa, que assumiu o lugar de fala autorizado a lidar com o corpo infantil. Todavia, o corpo adulto masculino esteve ausente nessa imagem. Esta ausência abre a possibilidade de pensar sobre a política de formação de profissionais da LBA e na qual as mulheres assumiram o lugar de cuidadoras.

Esta política da vida infantil emergiu em um campo de forças que, na Paraíba, estava entrelaçado por tensões diversas e no panorama nacional e internacional não era diferente. Após a queda da primeira república, o pacto político entre as famílias que historicamente lidaram com o poder político local estava sendo renegociado. A “revolução de 1930” e, anos depois, a instauração de uma ditadura no país por meio do Estado Novo (1937-1945), rearticulou consideravelmente o jogo político e a interferência do Estado na sociedade. O coronelismo havia se tornado prática do passado, pelo menos em tese, e figuras como Zé Pereira que havia protagonizado a “Revolta de Princesa” como resposta às mudanças que João Pessoa quisera implementar na racionalização da administração do Estado a partir de 1928, pareciam figurar no passado. Contudo, mesmo se a partir de fins dos anos 1930 e início dos anos 1940 a indicação de interventores passou a ser essencial para a construção da política varguista, também pode-se ver como a “família” continuou sendo um elemento de estruturação na política partidária e na gestão do Estado. As famílias continuaram tendo presença no imaginário político. As páginas do jornal *A União* e do Boletim da LBA empenharam-se na ideia de que Ruy Carneiro e sua esposa Alice constituíam um modelo de família exemplar. Isto constituiria a legitimidade para gerir e governar as vidas das crianças.

As políticas públicas desenhadas para a criança durante o Estado Novo já foram objeto de estudo na História, Sociologia e Serviço Social, entre outras áreas. Cristina Fonseca (1993) situa que não foi a Revolução de 1930 o ponto de surgimento de uma política social no país, pois no período da Primeira República já haviam sido construídos marcos jurídicos e políticos sobre a proteção ao trabalho, assim como sobre a presença do Estado na gestão da “questão social”. Desse modo, “o que ocorre a partir de 1930 é uma mudança no caráter dado à política social, que vai sendo incorporada enquanto uma função do Estado, fortalecendo-se a ideia do Estado como principal agente implementador de políticas sociais” (FONSECA, 1993, p. 98). A preocupação com a criança e, mais especialmente, com as temáticas da mortalidade infantil, o menor abandonado e a delinquência infantil apareceu logo nos primeiros anos do Governo Vargas, figurando na mensagem de Natal aos interventores em 1932 e gerando as condições para a convocação da Conferência Nacional de Proteção à Infância no ano seguinte, contando com a presença de delegados de todos os estados e representantes de instituições privadas. Por sua vez, André Pereira (1999) analisou a implementação do programa de proteção materno-infantil no âmbito do Departamento Nacional da Criança (DNCr), em 1940, como resultado de uma interpretação dualista sobre a criança (endeusada e angelical) face ao adulto (demonizado), algo que ele caracteriza na “longa duração”, dada sua formulação por Jean-Jacques Rousseau no século XVIII. Na engrenagem montada pelo DNCr surgiram equipamentos públicos como os Postos de Puericultura (destinados não somente para pobres) e a Casa da Criança (um tipo de escola com orientação médica). O autor situa as ações na rede em que outras iniciativas surgiram, como o Serviço de Assistência aos Menores em 1941 e a LBA em 1942, disputando a cena pública com investimentos e focos variados na questão da criança.

Tais políticas mobilizaram conteúdos racistas do discurso eugênico e articularam –se a partir de cisões e estereótipos sobre a criança pobre, logo, minorizada, e institucionalizada por diferentes maquinarias de governo e tutela (RIZZINI, 2011; RIZZINI; PILOTTI, 2011). Maurício Parada (2011), estudando a relação entre o corpo infantil e o corpo nacional nesse período, enfatiza que essa transformação ocorrida na década de 1930 ocorreu porque “até aquele momento, apesar de algumas iniciativas governamentais e parlamentares, esse tema estava predominantemente associado a eventos patrocinados e desenvolvidos por clubes e organizações privadas” e a transformação ocorreu quando Vargas “consolidou uma prática intervencionista a esse respeito e, nesse processo, duas ideias conduziram a uma nova relação entre política e corpo: a preocupação com a educação e com o civismo” (PARADA, 2011, p. 351). Tais investimentos em termos de políticas públicas estiveram intimamente vinculados às políticas da imagem que tornaram visível o corpo da criança em fotografias diversas.

Ao localizar a fotografia acima como parte de uma maquinaria discursiva mais ampla que criava dizibilidades e visibilidades para “o problema da infância”, se vê a sua dimensão política. Trata-se de um registro institucional, pois a LBA fez do Boletim um meio para não somente informar ou prestar contas financeiramente à sociedade sobre o que estava sendo feito. Buscou-se criar uma memória discursiva com as personagens, cenários, fazeres e dizeres. O boletim destinava-se a outros órgãos, o que deixa claro que era preciso gerar convencimento e interesse público.

Penso com Georges Didi-Huberman (2012) na relação entre a imagem e o real como sendo marcada por um certo “incêndio” e, nesse sentido, tomar a imagem como ponto de partida para uma leitura histórica e uma escrita historiográfica será sempre, indubitavelmente, lidar com “cinzas”. E, na medida em que coloco em questão as condições que tornaram possível tal imagem chegar até o presente, de onde a inquirio, será também um desafio perceber que ela é, metaforicamente, um “braseiro” que não esfriou e cujo potencial de fazer arder no presente mantém-na também viva. O desafio de tomar uma imagem como monumento do passado consiste em saber olhá-la. “Uma imagem bem olhada seria, portanto, uma imagem que soube desconcertar, depois renovar nossa linguagem e, portanto, nosso pensamento” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 215). Essa imagem nos

permite pensar sobre como o Estado atuou sobre o corpo, tendo a saúde não somente como motivo ou fundamento de sua ação, mas como escolha estrategicamente feita. Assim, operar com essas cinzas, esses restos do passado que venceram as defasagens e as imposições do tempo será, do ponto de vista da escrita historiográfica, agir sobre um “morto”, como já dizia Michel de Certeau (2012). Estes vestígios nos tocam, nos incitam a pensar, nos estimulam a identificar recorrências, inquirir sobre as transformações e ponderar sobre os discursos – como práticas que constituem os objetos de que falam, não meramente os representando (FOUCAULT, 2008b) – que os tornaram “sobreviventes” no tempo.

A fotografia de capa figurava em uma edição composta por dezoito páginas com conteúdo variado: iniciava-se com a coluna “Nossos municípios” com texto informativo sobre a cidade de Teixeira; apresentava um texto sobre avanços na medicina com as contribuições de Ambroise Paré (1510-1590); dados sobre assistência jurídica à população; efeitos do sol no corpo humano como remédio gratuito; a tuberculose; o câncer como um desafio para a ciência; orientações sobre o tempo para dormir e os efeitos do sono na saúde; informações sobre o hospital Arlinda Marques e seus atendimentos; e três balancetes com prestação de contas dos recursos financeiros referentes aos meses de julho, agosto e setembro. Era uma edição variada e composta por elementos diversos que permitem uma visão geral das ações em curso. A LBA tinha autonomia administrativa e técnica. Suas ações se articulavam com departamentos de saúde, educação, estatística e, especialmente, com o Departamento de Maternidade e Infância (DMI).

A presença de fotografias com autoridades, eventos oficiais ou mesmo narrando visualmente ações desenvolvidas na Paraíba ou no país como um todo, eram cruciais para gerar o *efeito de real* desejado. Com Roland Barthes (2004), compreendo o efeito de real gerado por um monumento como a fotografia, na medida em que, ao pretender “atestar” ou “testemunhar” que o fato aconteceu efetivamente e que pode ser percebido quase que de forma transparente por meio do registro visual, se oculta que a fotografia é em si um recorte daquilo que lhe é externo e que é apresentado como seu referente natural. Barthes afirma que, na história que se pretende “objetiva”, o “real nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que se poderia chamar de *efeito de real*” (BARTHES, 2004, p. 178).

Como essa ação foi efetuada nacionalmente, algumas recorrências e diferenças têm sido mapeadas pela historiografia da infância. No contexto de Santa Catarina, por exemplo, Michele Tumelero (2010) estudou a ação da LBA no município de Chapecó, apontando a centralidade da família como foco de transformação das relações com a criança. Ali, tais cuidados estavam articulados com o sentido de uma norma familiar burguesa.

Ação local, projeto nacional

“Ninguém mais do que eu pode atestar os bons serviços que a Legião Brasileira de Assistência tem prestado em todo o Brasil” – disse o presidente Eurico Gaspar Dutra na primeira Convenção Nacional da LBA, no Rio de Janeiro, em junho de 1947.¹

Otávio da Rocha Miranda era o presidente da CN-RJ àquele momento e organizou a convenção que contou com as presenças dos ministros de Estado do Trabalho, Educação e Justiça, respectivamente os Doutores Morvan Dias de Figueiredo, Clemente Mariani e Benedito da Costa Neto. Em todos os encontros a pauta era uma só: divulgar os projetos da LBA e buscar parcerias. “Em uma rápida explanação o dr. Otávio da Rocha Miranda declarou que já estavam traçados planos concernentes à prevenção à tuberculose, este terrível mal que todos os dias extermina tantas vidas”. Ao concluir sua fala, “o orador fez um esboço da repercussão que os serviços [...] têm tido em todos os recantos do Brasil”.² De fato, as ações se multiplicaram rapidamente pelo país, pois,

¹ Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2.

² Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2, p. 2.

com “apenas 3 anos de existência, em 1945 a Legião Brasileira de Assistência já existia em 90% dos municípios brasileiros” (SPOSATI, 1989, *apud* TUMELERO, 2010, p. 57).

O contato com os diferentes ministros teve como um dos efeitos discursivos a produção de uma lembrança em torno das condições em que a instituição surgiu no país, como aparece na fala do ministro da Justiça, Benedito da Costa Neto: “[...] o Brasil jamais poderia esquecer os nobilitantes serviços que a LBA prestou aos brasileiros justamente, numa das horas mais graves da nossa história, quando os nossos ‘pracinhas’ se encontravam na luta, nos campos da Europa”.³ A proposta de uma política em torno da maternidade e da infância, tomando o corpo como objeto a ser educado, disciplinado e civilizado a partir do projeto de nação e de brasilidade, teve continuidade e atravessou décadas do século XX, sendo um capítulo importante na história das políticas para a infância no Brasil. Ademais, no caso da Paraíba, uma demanda específica havia particularizado as ações da Legião: a seca de 1942. Apesar de ter surgido inicialmente com o objetivo de assistir as famílias dos pracinhas, as ações atenderam a demandas locais de assistência.

Figura 02: Fotografia da I Convenção Nacional da Legião Brasileira de Assistência.



Fonte: Boletim da LBA, Ano I, junho de 1947, n. 2, p. 1.

A historicidade de tal intervenção na Paraíba permite particularizar o que ocorreu localmente. Essa política de assistência se estruturou a partir da fabricação de múltiplas imagens, fossem elas de autoridades, paisagens ou atividades com seu público. Nesse último caso, visava-se dar visibilidade para aqueles e aquelas que foram atendidos em suas necessidades mais básicas de alimentação. Instituir uma política em torno daquilo que era visto, daquilo que deveria ser visualizado e memorizado pela população e pelos próprios agentes públicos foi um fator condicionante no modo como essas ideias circularam e foram incorporadas em ações de Estado.

A captura do conjunto das pessoas que participaram da convenção enfatizava o espaço em que aconteceu, reafirmando a retórica da coletividade em prol da infância pobre. O plano geral da fotografia privilegiou o grupo, a quantidade de pessoas envolvidas no evento e isso tem o efeito de atualizar a própria ideia de uma “legião”⁴ como corpo coletivo em prol de uma causa. Articulada ao enunciado da proteção social, tal fotografia materializava a retórica do “sentimento nacional”. Por sua vez, a LBA emergiu em um momento em que novas escolhas e referências estavam em jogo

³ Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2, p. 2.

⁴ “sf (lat legione) 1 Divisão principal do exército romano composta de 10 coortes e compreendendo cerca de 4 a 6 mil soldados de infantaria e 300 cavaleiros. Era comandada por um legado. 2 Grande número, grande quantidade. 3 Grande porção de demônios. 4 Grande quantidade de gente. 5 Grande quantidade de anos. 6 Folc Cada uma das sete divisões de uma linha, na feitiçaria. L. de honra: ordem militar e civil instituída na França por Napoleão I. L. estrangeira, Mil: corpo de voluntários de súditos estrangeiros a serviço de um Estado, especialmente da França”. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=legi%E3o>. Acesso em: 24 abr. 2016.

quando se tratava de “tratar do social”, o que remete a uma compreensão eminentemente funcionalista da sociedade. Irene Rizzini (2011) historiciza a transformação entre uma ação caritativa – marcada pela ação da igreja católica e que tinha suas bases desde o período colonial na América Portuguesa – e a promoção de uma filantropia como ação humanitária e socialmente engajada, mas com repertório técnico e científico. “A força da filantropia resultou da urgência em ajustar as bases do Estado liberal, na lógica capitalista, à realidade da sociedade moderna, uma espécie de ajuste entre liberdade e ordem, mercado livre e trabalho (RIZZINI, 2011, p. 94).

Mas, por que governar fazendo tantas alusões à infância visando exercer um governo sobre ela? Essa genealogia do corpo infantil desenha-se na esteira de uma análise biopolítica, compreendendo assim “o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1988, p. 134). Daí o reconhecimento do potencial biológico da população e suas capacidades não somente laborais, mas raciais. O discurso do embranquecimento da população estava em voga (DÁVILA, 2006). Ao se constituir como uma política social, a LBA se articulou com a sociedade civil, como nota-se quando o boletim informou que o cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, estivera presente na convenção. O nome da “sua eminência” D. Jaime figura ao lado de líderes do setor industrial e comercial como Euvaldo Lodi, que naquele ano se elegera como deputado federal por Minas Gerais e já tinha uma história ligada à política, tendo participado da Constituinte de 1934 e tendo sido um dos fundadores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e do Serviço Social da Indústria (SESI) em 1946.

Se as páginas do boletim teceram elogios e falaram da importância da articulação com a Igreja, por outro lado, quando houve a implementação da LBA na Paraíba, a postura do Estado em relação à Igreja Católica resultou em conflitos. Ao analisar a história política paraibana no período, Jean Patrício da Silva (2013) destaca transformações na política do Estado. Dentre as mudanças operadas, ele destaca que se até então a relação entre Estado e Igreja tinha sido construída de forma amistosa, tendo em vista que Argemiro de Figueiredo, na posição de interventor, fortaleceu a aliança eclesial, por outro lado, com Ruy Carneiro, essa passou a operar noutro sentido. O discurso científico suplantaria a hegemonia do discurso religioso sobre pobreza e carência social. Silva (2013) destaca ainda que poucos fatos políticos tiveram tanta repercussão no governo de Ruy Carneiro como o primeiro ato feito por ele com base no decreto nº 50 que foi publicado no Diário Oficial no dia 17 de agosto de 1940. Esse ato extinguiu o Serviço de Assistência Social (SAS) que era presidido pelo cônego José Coutinho, mais conhecido como Padre Zé. “A explicação para a extinção foi a crise financeira, que não permitia o funcionamento da requerida repartição, e a falta de organização administrativa e financeira do órgão” (SILVA, 2013, p. 84). O governo foi reforçando ações de assistência laica e pautadas em critérios técnicos.

Tais transformações históricas, no entendimento sobre as articulações políticas e os significados atribuídos ao termo “parceria”, são relevantes para se compreender o modo como foram desenhadas e planejadas as políticas públicas. As diferentes percepções e compreensões sobre o “social” e as políticas a serem destinadas para a população mais pobre articularam-se com modos específicos de operar a máquina pública. Ao assumir o governo, Ruy Carneiro “herdou” de Argemiro de Figueiredo uma estrutura administrativa e financeira endividada e em crise. Tal situação foi uma das condições de possibilidade para que a gestão de Ruy fosse historicamente caracterizada como centralizadora e com forte ímpeto de racionalização da gestão das políticas sociais. Uma certa “contenção de gastos fica bastante clara nos primeiros meses da administração [...], em virtude não só da propaganda governista, mas também pela desaceleração do ritmo de obras efetuadas” (SILVA, 2013, p. 112).

Política da vida, emblemas da morte

Apesar de partir da infância e do corpo infantil, tal política do cuidado tinha como foco uma

vida inteira, pois planejava e atribuía à infância todo um horizonte de expectativas composto pelo projeto de uma cidadania marcada pela condição de trabalhador/a para os futuros homens e mulheres. Por isso mesmo a comparação da infância com outras faixas etárias foi algo recorrente no boletim, bem como as reflexões em torno da infância como fase preparatória para o adulto que seria formado. Embora o foco da LBA fosse a maternidade e a infância, a preocupação com a vida adulta era algo extensivo às suas políticas, visto que a infância era considerada “etapa preparatória” e formadora do caráter e do corpo do cidadão que teria na vida adulta o ponto de maturação. O pensador indiano Ashis Nandy analisa como a infância foi construída na modernidade, ao dizer que:

Na medida em que o próprio estado adulto é valorizado como um símbolo de completude e como um produto final de crescimento ou desenvolvimento, a infância é vista como um estágio imperfeito e transitório a caminho da condição adulta, normalidade, socialização completa e condição humana. Isso é a teoria do progresso aplicada ao ciclo de vida do indivíduo (NANDY, 2015, p. 228).

Assim, vamos percebendo como historicamente o corpo infantil foi significado e articulado em uma rede de saberes e poderes, onde a própria definição etária do desenvolvimento corporal e cognitivo atualizou maneiras desiguais de partilhar o saber e a vida. A infância seria uma etapa “menor” na hierarquia da vida humana, figurando a vida adulta como ponto de chegada. Este tipo de compreensão sobre o ciclo de desenvolvimento humano foi bastante divulgado no boletim da LBA. Se a infância era vista como um tipo de promessa do que viria a ser, a velhice aparecia como o ponto em que o indivíduo começava a “declinar”⁵. O cuidado com a alimentação infantil aparecia como ponto de antecipação ou prevenção de problemas que ganhariam gravidade na vida adulta. Todos esses investimentos foram articulados no que tenho chamado de um dispositivo médico-pedagógico-assistencial que, ao articular discursos, instituições, saberes e outros elementos em um campo de forças, tornou possível a emergência do corpo infantil como objeto problematizável e governável. De toda forma, repetia-se de diferentes maneiras uma expressão que dava título a um dos textos de J. Leomax Falcão nas páginas do boletim: “É preciso dar mais atenção à criança”. Ele foi um dos médicos autorizados a escrever e publicar suas ideias no periódico. Certa vez, disse:

Já temos focalizado em trabalhos anteriores, divulgados neste Boletim, aspectos diversos do importante problema da assistência à infância, em nosso País, e, paralelamente, do da proteção à maternidade, que lhe é correlato. E sempre o temos feito, à luz dos dados estatísticos oficiais, visto como são as repartições de Saúde Pública as fontes mais autorizadas, neste particular.⁶

O ato de referenciar a autoridade das instituições pode ser visto como estratégia discursiva que visava instituir um saber que possuía autoridade. Falcão era membro do Departamento de Saúde da Paraíba e sua inferência sobre a validade dos dados estatísticos dizia respeito ao próprio espaço de trabalho e a função que ele exercia no serviço de bioestatística vinculado ao Departamento. Sua preocupação central era com os números que demonstravam o alto índice de mortalidade infantil e materna. Por isso mesmo, havia a necessidade de fortalecer as ações da LBA, que vinha prestando serviços nessa direção, contando com a ajuda da “iniciativa privada” e ocorrendo junto com as ações empreendidas pelas “autoridades sanitárias da classe médica, das associações científicas e de uma parcela de nossas elites intelectuais”⁷ que agiam no sentido de minimizar essa situação. “Países há”, dizia Falcão, “como os Estados Unidos da América, onde, nestes últimos anos, o coeficiente de mortalidade infantil foi reduzido à metade, o que representa, sem dúvida, uma conquista espetacular, digna de encômios e de imitação”. Mas, os desafios eram grandes e embora ele dissesse que o problema da mortalidade infantil era “um problema econômico”, havia também referência às dificuldades e resistências culturais. Via-se isso na medida

⁵ Cf. Boletim da LBA, Ano VI, Nº 36, Jul/Ago/Set., 1952, p. 15.

⁶ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Nov./Dez. de 1949, p. 3.

⁷ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Nov./Dez. de 1949, p. 3.

em que a “deseducação de nossa gente”, somada ao “pauperismo” que se alastrava no seio das “classes menos favorecidas”, constituíram entraves consideráveis. O tom laudatório aos EUA deixava muito clara a interferência da política de boa vizinhança empreendida por Franklin Delano Roosevelt.

“Eleve-se o nível econômico das populações e dê-se-lhes uma instrução conveniente, e podemos estar certos, diminuirão os nossos altíssimos coeficientes de mortalidade infantil e materna”, dizia Falcão em tom de proposta política. “Ao lado dessas providências, desenvolvam-se as atividades de assistência médico-social, multipliquem-se as maternidades, os berçários, os postos de puericultura, os lactários e cantinas maternas” como formas de empreender transformações na vida da população. Por outro lado, suas propostas também se construíram em torno de uma instrução, afirmando que: “distribuem-se publicações de educação sanitária, conselhos de higiene, etc., e dentro, digamos de um decênio, teremos alcançado um êxito impressionante”.⁸

A gramática que conforma a linguagem do boletim foi permeada pela alusão aos números, quantidades e períodos estabelecidos como metas para alcance dos objetivos traçados. Esse tipo de preocupação e sua correlata estruturação discursiva guarda certa continuidade nos pronunciamentos que Falcão fez. Mas sua leitura da infância também aludia ao caráter moral na formação da criança pois, “cuidando do caráter da criança e da integridade de seu organismo, afim (sic) de que a mesma possa enfrentar, durante a maturidade, os árduos embates da vida”. A LBA assumira a responsabilidade de desenvolver os projetos e processos educativos e higiênicos que convergiam para a formação daquilo que ele nomeava como “brasileiros conscientes e patriotas”. Tais brasileiros eram as células para a conformação do Brasil como país que se almejava “grande e poderoso”.⁹

Em outra edição do Boletim, Falcão também tomara a palavra para fazer ver o problema da mortalidade infantil na ótica dos dados estatísticos. A mortalidade na cidade de João Pessoa era um desafio. Descreve isso a partir de critérios como idade e sexo e o recorte no ano de 1947. O material foi publicado em primeira página. Expressava os índices de mortalidade infantil na Paraíba e o próprio texto de introdução era provocativo: “Alarmante os nossos coeficientes de mortalidade infantil – Tuberculose, causa de morte relevante, entre nós – O papel da L.B.A no setor da assistência à maternidade e à infância”. O texto ocupou toda a primeira página do periódico e uma parte da segunda, com duas pequenas colunas de conclusão na parte inferior.

Tabela 1: Mortalidade infantil na Paraíba.

Anos completos	H	M	H e M
0	537	504	1041
1	94	92	186
2 a 4	54	59	113
5 a 9	28	16	44
10 a 19	48	28	76
20 a 29	87	139	226
30 a 39	95	110	205
40 a 49	88	84	172
50 a 59	80	69	149
60 e +	148	186	334
Ignorada	15	7	22

Fonte: Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, n. 10, p. 1.

Interessante o fato de haver na Paraíba, naquele momento, um serviço de *bioestatística* junto ao Departamento de Saúde. A vida passou a ser lida por meio de números. Os números como operadores de um discurso sobre a vida e sobre as possibilidades de existência dos indivíduos.

⁸ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Nov./Dez. de 1949, p. 3.

⁹ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949, p. 3.

Com sua materialidade própria, o número despersonaliza e desindividualiza o problema, apontando apenas para uma massa, um conjunto abstrato. Ao seu modo, o número gera convencimento, impactando na produção de subjetividades e comportamentos sociais. O fato de tais estatísticas figurarem na primeira página deixava claro tal apelo. O projeto racional moderno e a proposta de um saber construído a partir dos conceitos e metodologias da ciência como discurso autorizado aparecia também nesse tipo de abordagem sobre a população, uma vez que os números são também enunciados que podem ser analisados considerando-se a cadeia enunciativa da qual fazem parte. Se nenhum outro tipo de enunciado deve ser considerado isoladamente, penso ser fundamental reconhecer a natureza estratégica desse tipo de enunciação tão presente nas páginas da LBA. A preocupação com a mortalidade infantil evidenciava a preocupação com a vida, isto é, com as condições materiais de existência.

Tabela 2: Mortalidade infantil na Paraíba

Doenças	Número de pessoas doentes
Diarreia e enterite (abaixo de 2 anos)	866
Tuberculose do aparelho respiratório	274
Doenças do coração	177
Debilidade congênita, vícios de conformação congênitos, nascimento prematuro, etc.	172
Paludismo (malária)	81
Doenças do fígado e das vias biliares	75
Outras doenças	923

Fonte: Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, n. 10, p. 1.

A forma como as doenças apareceram na revista referia-se a fatores como a vulnerabilidade do corpo infantil, daí os esforços para evitar que doenças como a tuberculose, diarreia e enterite continuassem ceifando vidas. Os dados quantitativos construíram de modo particular uma leitura sobre as condições de vida da população infantil. Ao tematizar o percurso histórico de formação da estatística como campo de estudo e seus usos sociais, identificando especialmente sua emergência enquanto uma ciência no século XIX, Olivier Martin (2001) afirma que houve uma transformação no transcurso do século XVIII para o XIX, criando as condições para que os dispositivos estatísticos não mais pertencessem exclusivamente aos reis e suas administrações, mas fossem operados como dispositivo autônomo destinado a uma análise científica do corpo social. Martin (2001) identifica as articulações entre a Estatística e a Sociologia como disciplinas que, de forma dialogada e intercambiando metodologias e critérios de pesquisa, se construíram em uma profícua interação do ponto de vista científico.

Sobre a tabela 02, apresentando a curva de mortalidade infantil, o texto afirmava: “[...] os dados acima confirmam, como se vê, a assertiva feita, linhas atrás, no tocante à forma da curva de mortalidade por grupos de idade, em talho U ou do tipo antimodal (U – shapped, dos ingleses (sic) e americanos”.¹⁰ A relação que se estabeleceu entre o texto e o número foi com o objetivo de confirmação das hipóteses e especulações apresentadas. Fez-se uma referência aos ingleses e americanos, o que indica a cultura do quantitativismo que foi incorporada pela gestão pública brasileira, a partir da década de 1920, com os intercâmbios dos intelectuais brasileiros que foram para escolas dos Estados Unidos, trazendo de lá um arcabouço teórico e metodológico montado a partir de critérios desse tipo (DÁVILA, 2006).

Do número de mortes apresentado no conjunto da população, 1041 delas correspondiam às crianças que haviam falecido antes de completar um ano de idade. Neste sentido, o boletim aponta que em um número relativo tinha-se um coeficiente de mortalidade infantil em 259 mortes por mil nascidos. Entre os três elementos que o texto visa dar conta também se pode observar a causa da

¹⁰ Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, Número 10, p. 1.

mortalidade infantil. Outra tabela foi construída com o objetivo de descrever a presença das doenças causadoras de morte na infância, no ano anterior. Desse modo, o boletim foi construindo uma visibilidade para a infância por meio desse tipo de enunciação numérica e estatística.

O recurso à estatística foi apenas uma das tecnologias usadas pela medicina social na Paraíba para construir saber e exercer poder sobre o corpo infantil. No dia 2 de fevereiro de 1942, o jornal *A União* havia lançado uma matéria sobre a questão da medicina social e seus desafios na assistência à infância.¹¹ “Quem quer que aprecie à luz dos conhecimentos atuais”, dizia o pediatra João Medeiros,

[...] os avanços e os progressos que a medicina moderna auferiu das novas condições de vida, que a técnica impôs ao homem, há de surpreender-se que, tendo alcançado tão longe no discernir e aplicar as noções recentes que a terapêutica (assim a clínica, como, sôbre tudo (sic), a cirúrgica) e a higiene lhe proporcionaram, em benefício da humanidade, muitos males ainda a aflijam dos que fora de esperar já estivessem expungidos da face da terra, mercê do adiantamento científico de hoje.¹²

Ao tratar de uma “biologia social”, o autor falava sobre o fato de que as enfermidades não tinham apenas um fato biológico determinante, mas também continham os aspectos relacionados ao “estado social do indivíduo”, compreendendo nisso suas possibilidades econômicas. Defendia a tese de que as enfermidades diziam respeito aos espaços sociais, formas de sociabilidade e características individuais. “A medicina sem desmerecer as contribuições de [Louis] Pasteur [1822-1895] e seus continuadores, nem esquecer tão pouco, as do Instituto Experimental de Higiene, de Pettankoffer, deixou pouco a pouco de ser puramente microbiológica”, passando a atribuir, além das causas “morbígenas” que atuavam sobre o organismo humano tais como o ar, água, solo, os agentes “infecciosos e parasitários, de fácil investigação e experimentação, um papel saliente áqueloutras [sic] causas que resultam das disposições gerais”. Compreendia-se, assim, fatores de ordem social e também aqueles que se referiam ao trabalho, pois eram também preponderantes na conservação da saúde ou na produção da doença.

Diante de tais desafios, Medeiros afirmava que o “espírito do médico e do sociólogo” teria sido estimulado a pensar sobre tais questões, buscando para elas soluções por meio da elucidação das causas, da evolução clínica e da produção de prognósticos “na esfera da assistência e da previsão público-social”. Dentro de tais condições históricas e sociais, o autor afirmou que se havia constituído uma mudança no próprio estatuto da medicina na sua articulação com a assistência social. “É que ela, a medicina social”, afirmava o pediatra, “é, efetivamente, uma criação do espírito médico contingente à época em que vivemos”, seu nascimento teve a ver com uma nova interpretação sobre o homem à luz da economia, de sua valorização como fator econômico. “A análise das perturbações e desequilíbrios familiares em virtude de doença, invalidez ou morte dos respectivos chefes” passou a ser vista não apenas como obra de misericórdia e filantropia, mas na qualidade de “desfalque do capital humano” que repercutiu de maneira muito forte sobre a “balança social”, quer do ponto de vista da coletividade ou do trabalho a ser executado. Um dos tipos de preocupação central do autor foi a questão de preparar o corpo humano da melhor forma possível, prevenindo doenças e demais vicissitudes com o intuito de protegê-lo enquanto força de trabalho.

Cristina Fonseca (2007) aponta que nesse período de fortalecimento da máquina estatal, caracterizada também por um processo de burocratização e centralização das políticas do governo, a ideia de cidadania foi usada de maneira bastante forte para garantir uma maior legitimidade da ação estatal em relação aos grupos populares. Todavia, essa ideia de cidadania deve ser relativizada na medida em que ela foi uma “cidadania tutelada” pelo Estado marcadamente centralizador e autoritário. A percepção em torno da cidadania é que ela estava “embutida na

¹¹ *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 4.

¹² *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 4.

profissão, e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (FONSECA, 2007, p. 38).

Mas o texto d'*A União* dizia ainda que: “o homem é, portanto, mais que simples valor econômico. Representa, também por sua vez, um capital social, que similarmente merece amparo, proteção, desenvolvimento”. Buscando justificar um suposto desenvolvimento, o pediatra afirmou que desde as tribos mais primitivas observava-se o enriquecimento da coletividade pela valorização do indivíduo. Na vida civil, Sociologia e Economia se articulariam para identificar a “finalidade biológica, que visa a melhoria das condições gerais de vida, de modo a permitirem que a humanidade deixe de se dicotomizar [sic] entre os que riem, gosam [sic], trabalham e repousam e os que choram, penam, se esfalfam e morrem sempre na miséria”. Na ótica do autor, “o valor econômico do homem entra em relação com o enriquecimento da sociedade, do país, do universo”, pois, se efetivamente era o trabalho humano que “cria riqueza, que as produz”, ele também devia participar da partilha dessa riqueza, fazendo parte do ciclo de distribuição e circulação.

João Medeiros demonstrava uma análise que situava o desenvolvimento da medicina frente às questões sociais dentro do contexto de desigualdade econômica, atentando para a relação capital/consumo e a redução da mão de obra. Tal crise teria reduzido a capacidade de consumo do homem a níveis que ele considera como de verdadeira “pré-indigência”. Diante disso, a medicina articulou-se com a Sociologia com o objetivo de compreender as “leis da economia”, percebendo as relações entre salário real e custo de vida, compreendendo elementos como alimentação, moradia, “repouso fisiológico”, visto como tão indispensáveis para uma vida saudável. O pediatra esclarecia que a medicina social estudava os fatores econômicos que se apresentavam na vida do homem. Na medida em que a higiene se desenvolveu e criou raízes em áreas como “a sociologia, a economia humana, a psicologia, a filantropia, o direito e a moral” foi que a medicina “foi levada ao terreno social”, constituindo-se como uma medicina social. Esta consistia na “arte de prevenir e curar considerando, em suas bases científicas, como em suas aplicações individuais e coletivas, o ponto de vista das relações recíprocas que religam a saúde dos homens às suas condições de vida”. A higiene não observava apenas o “[...] homem doente, mas sobretudo o homem são, apreciando o desenvolvimento de sua vida no meio social que o cerca, para orientar-lhe o aperfeiçoamento como para elevá-lo física e espiritualmente em vista – é essa a função da medicina social – dos motivos de ordem médica que subsistem nas questões sociais”.¹³ Via-se a medicina como ciência que se dava na articulação com a demografia e aquilo que o autor chamou de “eugenesia”, o que parece se tratar de “eugenia”, vista como a ciência do bem viver e da prescrição das formas adequadas para tratar do corpo e da saúde física e mental. Se, no primeiro momento, o pediatra dedicou-se a descrever as condições de surgimento da medicina social, posteriormente, ao afirmar que esta se vinculava diretamente com a assistência social, passou a destacar questões que envolviam diretamente a infância e a maternidade.

A elevada finalidade da proteção à maternidade, a preservação da assistência à infância, as enfermidades sociais, do industrialismo, do pauperismo e suas relações com o salário, a higiene mental, a infância abandonada e delinquente, do mesmo modo que com a orientação profissional (psicotécnica), a reeducação e readaptação dos lisiados (sic), retardados, difíceis anormais de toda espécie e as instituições de previdência e amparo, quais sejam os seguros, ajudas sociais, mutualismo, cooperativismo, caixa de pensões, compensação, o de auxílio aos velhos e aos incapazes de toda ordem.¹⁴

Esse saber era urdido no interior de uma ampla e complexa teia na qual circulavam critérios e princípios de análise da infância. “No biológico, tanto quanto no social, os fenômenos se repetem com a mesma sincronia”, afirmava Medeiros. Diz ainda que os avanços e êxitos sociais que estavam

¹³ *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 4-5.

¹⁴ *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 5.

sendo alcançados no momento eram, na verdade, um efeito direto, um “fruto imediato da revolução desencadeada pela guerra, como agente catalítico que precipitou as reações gerais e especiais conducentes a uma nova realidade universal, a uma nova concepção da sociedade”. No argumento dele não se pode negar que tudo aquilo que estava sendo vivenciado era resultado de uma “evolução lenta e muita vez obscura, que mal bruxoleia (sic), aqui e acolá, por meio de manifestações críticas isoladas, qual expressão do esforço esquecido de gerações e gerações.”¹⁵

Foi nesse sentido evolutivo que construiu a sua leitura da sociedade e dizia não existir outra razão para a transformação que irrompia de forma violenta. Tais transformações exigiam olhares cuidadosos, não sendo possível que ninguém negasse a influência histórica de acontecimentos como a Revolução Francesa. Parece que as referências a acontecimentos históricos distantes no tempo e no espaço apareciam com certa frequência também no boletim da LBA, assim como no jornal *A União*, e atendia a dois tipos de objetivos: a) contextualizar eventos e situações políticas, sociais e econômicas a partir do recurso de uma retórica sobre o passado, buscando inserir o acontecimento do presente em uma cadeia histórica no qual ele estaria devidamente situado e podia ser visto como legatário de uma herança desse passado e, necessariamente, seu continuador; b) afirmar uma origem para as conquistas e desafios do presente, mostrando como os direitos da criança, por exemplo, estavam sendo garantidos tendo como referência uma série de acontecimentos históricos no qual essa cidadania podia ser vislumbrada de forma embrionária. No caso de João Medeiros, no texto publicado em *A União*, fazia-se referência à obra do filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau (1712-1778) como um pensamento relevante na construção da própria “época hodierna”, tendo influenciado na definição de questões que dali em diante já começavam a fazer parte da agenda dos governos, como a infância.

Havia certa compreensão da história como acúmulo, ou seja, como uma série de processos que se somam de maneira direta, isto é, uma concepção de história progressiva e cumulativa. Parece-me ser possível inferir isso na medida em que o autor terminou seu texto apresentando a ideia de que, como afirmara a escritora sueca Ellen Kay (1849-1926), “este século, o nosso, é o século da criança”. Assim, compreendendo essa linha do tempo traçada brevemente, concluía-se que: “ao que parece só agora fixou o homem que a infância é o alicerce físico da raça, o substrato material da espécie e da humanidade, que precisa de cuidado, preservação e amparo”, desde que se quisesse a infância integrada nos “grandes destinos que novas perspectivas lhe abrem para o futuro”.

Aqueles eram tempos marcados pelo desejo de construir o homem brasileiro a partir de um ideal. Ao discutir essa construção, Jerry Dávila (2006, p. 48) faz uma história das políticas de educação produzidas no Brasil entre os anos de 1917 e 1945, atentando para a permanência do discurso eugenista no processo de escolarização da infância dentro de um projeto de nação. Em 1938, o ministro da educação, Gustavo Capanema, ficou incomodado com a estátua do “Homem brasileiro” que ele havia encomendado para ser posta na entrada do novo prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES). “Capanema estava preocupado com a aparência dessa escultura porque concebia a nova sede do MES como uma afirmação sobre o futuro e o papel do governo em sua moldagem. Os dois temas que expressavam o pensamento de Capanema não estavam retratados na escultura”. Primeiramente, na ótica do ministro, “o ‘Homem Brasileiro’ deveria simbolizar o produto da engenharia racial e social” e tal recomendação estava explícita quando Getúlio Vargas encomendara a obra e, de acordo com tal orientação, “a escultura teria essa forma justamente porque o Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o ‘ministério do homem’”, em segundo lugar “a figura degenerada não combinava com o prédio modernista”. As análises de Dávila nos permitem pensar como a educação, que passou a se constituir dentro de uma política estatal programada, se articulava a um projeto de nação e para tal via-se como necessária a regeneração do povo brasileiro, salvaguardando-o

¹⁵ *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 5.

cultural e biologicamente dos signos da miscigenação. Assim, não haveria a permanência de genes e características biológicas consideradas de uma raça inferior. A eugenia, como ferramenta científica e política de Estado, consistia na “[...] prática de ‘aperfeiçoar’ física e mentalmente a raça brasileira pela manipulação dos traços genéticos, primeiro por meio de controles sobre o ato e o contexto de procriação”.

Percebendo as continuidades que marcaram aquela época pode-se situar o texto do pediatra João Medeiros no jornal *A União* em 1942 dentro dessas condições de possibilidade. A medicina social na Paraíba teve uma história que antecedeu e se somou às ações da LBA e é preciso destacar que, apesar daquele pediatra ter escrito seu texto no ano em que a LBA foi implantada na Paraíba, não há uma clara referência a essa instituição, mas sim aos processos sociais e políticos que tornaram possível sua aparição no estado. Na Paraíba, os investimentos em saúde e educação para a infância estavam sendo construídos desde o oitocentos, como bem demonstra o estudo de Nayana Cordeiro Mariano (2015) sobre o discurso médico-higienista na construção de um modelo hígido de educação escolar primária na então Parahyba do Norte entre os anos de 1849 e 1886. A historiadora da educação problematiza o papel da legislação na produção de um modelo escolar pautado na ideia de construção da nação e formação de corpos disciplinados e higienizados, assim como tematiza o conflito e a articulação entre o saber médico e as artes de curar protagonizadas por parteiras, barbeiros, benzedeiros e boticários no momento em que a presença de profissionais diplomados na área da medicina ainda era muito escassa na região.

Entre meados do século XIX e do XX um amplo conjunto de ações em prol do saneamento da infância e uma intensa produção discursiva em torno do corpo infantil, na sua interface com a educação e a saúde, foi produzida. “Em nome da infância dialogavam médicos, educadores, Imprensa” (BRITES, 1999, p. 21) e com isso a infância passou a ser tematizada, abordada, teorizada, definida e dada a ler para a sociedade por um grupo de profissionais que cada vez se pluralizava mais (sendo composto por médicos, juristas, psicólogos, psicanalistas, assistentes sociais, educadores, políticos, etc.) e visava aperfeiçoar o conhecimento sobre esse sujeito, ao passo que o inventava. A ação da LBA não se dava de forma isolada, na medida em que ela construiu uma rede de instituições e pessoas que contribuiu para a consecução dos objetivos traçados nacional e localmente. Por isso mesmo, a LBA financiou a alimentação de alunos de escolas de João Pessoa a partir de 1944.

Figura 03: Cenas de cuidado com o corpo infantil.



Fonte: Boletim da LBA, Ano IV, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950.

A relação com o corpo infantil mediada pelo toque apareceu também na edição referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1950. Trata-se de uma imagem que se repete, um gesto preso em uma cadeia de signos do qual faz parte, e incutido numa cultura do cuidado com o corpo infantil. Uma imagem eminentemente política pela posição que ocupou e pela relação que estabeleceu com as demais que a circundavam numa página branca sob a qual desenhos de crianças e mulheres figuravam em um tom alaranjado. Apesar de não ser uma fotografia, como tantas que apareceram nas páginas do boletim, tratava-se de uma imagem que também tocou o real. Mais do que tocar essa realidade da qual buscou ser um referente fidedigno, uma imagem desse tipo arde, suscita estranhamento ou mesmo um efeito de beleza sobre as formas como o corpo foi exibido, descrito, dado a ler e significado por uma ótica do detalhe. Efetivamente, uma imagem só faz arder na medida em que toca os sujeitos para os quais se destina se conectando com uma experiência sobre a qual ela busca ser uma leitura coerente e digna de confiança e verossimilhança. As imagens são apresentadas e instituídas no mundo a partir de uma relação com as palavras que a inserem nesse próprio mundo visando traduzi-las ou explicá-las. Mas, como busco ler com Rancière (2012), não se trata de uma atitude prescritiva ou normativa, hierarquizando o signo verbal sob o não-verbal. São recursos distintos, dando-se a ler por materialidades diversas que inserem o corpo fabricado em imagens na ordem do discurso.

Assim, pode-se ver como uma imagem nunca está dissociada da cultura que a constrói. O fato de as crianças apresentadas serem aparentemente brancas deixa claro como a eugenia descrita acima participou da construção dessa visibilidade sobre a infância e a criança na Paraíba. De fato, a LBA buscou produzir efeitos na sociedade paraibana a partir da invenção de uma cultura do cuidado que foi desenhada, exemplificada, amplamente descrita e ensinada com imagens que tinham uma função política de pedagogizar subjetividades. A produção imagética da mulher como personagem que assumiu a dianteira das ações da LBA foi outro elemento fundamental. “A Legião Brasileira de Assistência foi conduzida sobretudo pelas mulheres e se utilizava particularmente da mobilização feminina no enfrentamento dos problemas sociais gerados pela participação do país na guerra” (TUMELERO, 2010, p. 90), no primeiro momento em que tais ações foram realizadas. O estatuto de imagens públicas e para um público heterogêneo não é uma informação meramente complementar, mas condição de possibilidade para que tais imagens tivessem se tornado possíveis para figurar nas páginas de um boletim cuja pauta principal era o governo da infância via saúde e educação. Entendo também que eram imagens intimamente articuladas tanto umas com as outras, no caso de fotografias, desenhos e/ou gravuras, como também em relação aos textos.

A relação que ocorreu, no boletim, entre texto e imagem se estabelecia com uma finalidade

pedagógica e visando efeitos de complementaridade na medida em que, a exemplo da edição em que figura essa capa da LBA, pode-se ler na primeira e na última página textos que convocam, incitam, convidam, estimulam e tentam mobilizar pessoas e instituições para que se somem na *Campanha Nacional da Criança*, cujo objetivo era reduzir os índices de mortalidade infantil e criar uma “consciência coletiva” sobre o problema. Não são muitos os objetos que compõem as cenas representadas, mas a cama e o berço são suficientes para passar a mensagem da LBA. Se naquela edição do boletim mais uma vez se noticiava os números de atendimento às crianças e suas mães na maternidade Cândida Vargas, bem como noções de puericultura e atendimentos nos postos de higiene infantil de Cajazeiras e Mamanguape, a imagem cumpria uma função introdutória. Mas é fato também que aquele era um momento em que, nacionalmente, uma campanha buscava angariar recursos e desenhar percursos para reduzir o índice de mortalidade infantil, uma vez que cerca de 300 mil crianças morriam anualmente no país.

Considerações finais

“Que faz você por mim?”, dizia um texto do boletim, como se assumisse a voz de uma criança indagando o leitor sobre como ele agia em relação à sua condição. O texto foi estruturado basicamente por perguntas que pareciam querer informar e sensibilizar o leitor sobre a grave situação em que se achava o país, pois centenas de vidas continuavam sendo perdidas a cada ano, o que exigia uma ação forte e capaz de mobilizar a sociedade, posto que: “A solução do problema da Infância Brasileira não depende de alguns... Mas da participação de todos [sic]. De uma Consciência Coletiva, em que cada um pergunte a si mesmo: — Que faço eu pela Infância?”¹⁶

Portanto, ao pensar sobre a atuação da comissão estadual da LBA na Paraíba nos anos 1940 e 1950, pude demonstrar como a interação entre diferentes instituições e setores público e privado consistiu em uma estratégia para viabilizar uma atuação em rede que pudesse apreender o corpo infantil nos diferentes espaços por onde ele circulasse e nas distintas relações estabelecidas com a criança. Desde as consultas iniciais nos serviços de atendimento às gestantes, passando pelo espaço da Maternidade Cândida Vargas e acompanhando todo o ciclo de vida da criança desde sua mais tenra idade, estes foram modos de produzir um corpo educado e higienizado. Uma política do corpo infantil foi implementada de forma ampla e com diferentes objetivos, criando múltiplas formas de fazer ver o “problema da criança brasileira”, a exemplo da questão da mortalidade materna e infantil. Deste modo, pude analisar como o boletim construiu todo um arquivo visual e mobilizou um repertório científico para inventar o corpo infantil como objeto de governo, articulando a individualidade corpórea a procedimentos de regulação da vida social e da população em seu conjunto na Paraíba daquele momento.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo?* E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 25-51.

BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica*: um mapa conceitual. Tradução de Luísa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2017.

CASTELO BRANCO, Guilherme. *Michel Foucault*: filosofia e biopolítica. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 2012.

¹⁶ Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, s.p.

- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. Tradução de Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. Edição preparada por David Lapoujade. Tradução de Guilherme Ivo. Revisão técnica de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 363-364.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. Tradução de Patrícia Carmello e Vera Casa Nova. *Revista Pós – Belo Horizonte*, v. 2, n. 4, p. 204-219. nov. 2012.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. *PHYSIS, Revista de Saúde Coletiva*, v. 3, n. 2, p. 97-116, 1993.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Introd., organização e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 407-431.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 31 de janeiro de 1979. In: FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a, p. 103-138.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- LEMKE, Thomas. *Biopolítica: críticas, debates, perspectivas*. Tradução de Eduardo Altherman Camargo Santos. São Paulo: Editora Politeia, 2018.
- LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Tradução de Mário Antunes Marino e Eduardo Altherman Camargo Santos. São Paulo: Editora Politeia, 2017.
- MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. João Pessoa: Ideia, 2015.
- MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-34. 2001.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista – Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MOULIN, Annie Marie. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Allain; VIGARELLO, Georges (orgs.). *História do corpo. As mutações do olhar. O século XX*. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 15-82.
- NANDY, Ashis. *A imaginação emancipatória: desafios para o século XXI*. Organização e revisão técnica de Lucia Rabello de Castro. Tradução de Joannes de Knegt. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- PARADA, Maurício. Corpos infantil e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo:

Unesp, 2011, p. 351-370.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Jean Patrício da. *A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Ruy Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)*. 166 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2013.

TUMELERO, Michele Rodrigues. *A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “nova Chapecó” – SC (1940-1960)*. 132 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010.

Nota de autoria

José dos Santos Costa Júnior é doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Membro da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Atua na área da História com ênfase nos seguintes temas: teoria e metodologia da história, história e historiografia da infância, história da educação, ensino de história e história do Brasil república. E-mail: jose.junior010@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. O corpo da criança nas tramas da biopolítica: quando a filantropia se fez máquina de captura (Brasil 1940-1950). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 43-63, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 20/07/2020.

Modificações solicitadas em 22/10/2020.

Aprovado em 01/11/2020.